PROCESSO Nº. 2967-2014

REQUERENTE: JUÍZO FEDERAL DA 04ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

REQUERIDO: JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de pedido de informações formulado pela Juíza Federal Lidiane Vieira Bomfim P. de Meneses, da 4ª Vara da SJSE, através do Ofício nº. OFI.0004.001105-9/2014, datado de 16 de outubro de 2014, para que esta Corregedoria-Regional adote providências no sentido de que o douto Juízo Federal da 5ª Vara da SJAL preste informações acerca do cumprimento da carta precatória nº. CAP.0004.000252-8/2013, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 0002398-28-1995.4.05.8500.

Informou a Juíza Federal Lidiane de Meneses que a aludida Carta Precatória fora encaminhada em 03 de setembro de 2013 e distribuída no dia 11 de setembro de 2013, no Juízo da 5ª Vara da SJAL, sob o nº. 0003966-94.2013.4.05.8500. Colacionou ao pedido as cópias: a) do Ofício nº OFI.0004.000723-1/2014, datado de 10 de julho de 2014, o qual solicita a devolução da carta precatória; b) da Certidão, datada em 21 de março de 2014, certificando contato telefônico com uma servidora da 5ª Vara Federal da SJAL e c) da fl. 780 dos autos do processo judicial que tem como autor a Fazenda Nacional contra Antônio Monteiro da Silva e outros, a qual constata a autuação e distribuição da carta precatória em questão.

Foi exarado despacho, em 15 de julho de 2014 determinando a expedição de Ofício ao Juiz Federal da 5ª Vara da SJAL solicitando informações acerca do cumprimento da Carta Precatória nº CAP. 0004.000252 8/2013, expedida nos autos da Execução Fiscal nº 0002398 28.1995.4.05.8500, tendo sido expedido e encaminhado Ofício àquele Juízo Federal.

Instado a prestar informações, o Juiz Federal da 5ª Vara/AL, Dr. José Donato de Araújo Neto, informou, em síntese, que:

- a) logo após a autuação (11/09/2013), a aludida Carta Precatória fora submetida à conclusão do magistrado em 10/10/2013, sendo prontamente despachada;
- b) após esse ato, não houve movimentação processual através do Sistema Processual Tebas;
- c) em consulta ao sistema, observa-se que na mesma data em que foi despachado o cumprimento da Carta Precatória, foi realizada a expedição do competente mandado de citação, penhora e avaliação, sendo distribuído ao Oficial de Justiça em 15/10/2013;

d) o cumprimento parcial do mandado se deu 16/10/2013, e sua devolução em 21/10/2013;

e) a partir das constatações de ausência de movimentação dos autos da Carta Precatória no Sistema Processual Tebas desde 10/10/2013, supõe-se a ocorrência de extravio dos autos, fato que somente será dado como certo após novas pesquisas a serem realizadas na secretaria deste Juízo;

f) a Secretaria fez contato, no dia 3 de novembro, com a direção da 4ª Vara de Sergipe, noticiando o cumprimento do ato processual, ao tempo em que solicitou as peças para fins de restauração dos autos;

g) recebidas as peças da 4ª Vara de Sergipe, o Juízo determinará a restauração dos autos, efetuando, em seguida, o retorno da referida carta precatória.

Eis o relatório.

Como se vê, o Juiz Federal José Donato de Araújo Neto, ao prestar as informações, apresentou justificativa para a não devolução da Carta Precatória, uma vez que é incerta a localização dos autos, havendo indícios de extravio, considerando a ausência de movimentação dos autos da Carta Precatória no Sistema Processual Tebas desde 10/10/2013. Registre-se que consta a informação de expedição do competente mandado de citação, penhora e avaliação, sendo distribuído ao Oficial de Justiça em 15/10/2013, cumprido parcialmente em 16/10/2013 e devolvido em 21/10/2013.

Nesta circunstância, considerando que o magistrado da 5ª Vara/AL entrou em contato com a Juíza requerente a fim de que sejam enviadas as peças para fins de restauração dos autos da Carta Precatória e a consequente devolução ao juízo deprecante, entendo que o pedido de providência alcançou o seu fim.

Dessa forma, julgo atendido o pedido de providências.

Dê-se ciência desta decisão as partes.

Após, archive-se.

Recife, 04 de novembro de 2014.

Desembargador Federal **Francisco Barros Dias**
Corregedor-Regional